

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo¹, Cintia Santos Moreira Morais, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva³, Gisele Santana Santo⁴

1. Estudante do Curso de Enfermagem; e-mail: lucashenrique_1998@hormail.com
2. Estudante do Curso de Enfermagem; e-mail: dsilvasantos78@gmail.com
3. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: maria.silva@umc.br
4. Professora de Enfermagem; e-mail: gisa_rose@hotmail.com

Área do conhecimento: Ciências da Saúde

Palavras-chave: Pessoa LGBT. Políticas Públicas de Saúde. Vulnerabilidade em Saúde. Equipe Multiprofissional. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

O direito à saúde é considerado universal, resultante de uma grande mobilização política da sociedade. A saúde, como direito de todos e dever do Estado, é, no entanto, um ideal. A realidade é que muitos países são atravessados por quadros de exclusão e violação dos direitos humanos fundamentais, especialmente para grupos sociais minoritários, como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) (SILVA et al., 2017) e para Parente et al. (2015), as pessoas LGBT são mais suscetíveis aos problemas de saúde, tais como o abuso de álcool, tabaco e drogas ilícitas, sexo desprotegido, distúrbios mentais, bem como comportamento violento. Embora este seja um cenário multifatorial, pode ser ainda mais complicado por causa do fraco acesso a cuidados de saúde e às práticas discriminatórias dos profissionais envolvidos decorrentes da homofobia. O fato é que experiências de discriminação e preconceito contra minorias sexuais podem contribuir diretamente para um pior estado de saúde. O projeto de pesquisa apresenta como hipóteses: que os graduandos dos cursos da área da saúde pouco conhecem as condições sensíveis ao acesso ao atendimento da pessoa LGBT na Rede de Atenção à Saúde (RAS), bem como, as necessidades de atendimento e as políticas públicas e/ou programas de atenção à saúde desenhada para esta população.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é descrever as ações e estratégias de saúde para o atendimento específico das pessoas LGBT, com foco na multidisciplinaridade, a partir da percepção dos graduandos dos cursos da área da saúde e sob a luz das Políticas Públicas de Saúde e os objetivos específicos são: identificar o perfil epidemiológico da população LGBT em atendimento na Rede de Atenção à Saúde (RAS); identificar o conhecimento dos graduandos dos cursos da área da saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) sobre as políticas públicas de saúde para atendimento da pessoa LGBT e descrever as Políticas Públicas de Saúde para a atenção à pessoa LGBT.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, transversal e com abordagem qualitativa, que foi realizada com graduandos dos cursos da área da saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) situada no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Participaram deste estudo 33 graduandos dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Fisioterapia, tendo

como critérios de inclusão: ser graduando de cursos da área da saúde e estar devidamente matriculado na IES, estar cursando a partir do 5º semestre, aceitar participar do estudo, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram utilizados como materiais o TCLE e o instrumento denominado “Questionário” que foi utilizado para a coleta de dados, composto por questões abertas e de múltipla escolha. As questões foram agrupadas em duas partes: 1ª parte para levantamento dos dados sociodemográficos dos participantes e, a 2ª parte formulada com questões específicas para identificação do conhecimento do graduando no contexto das políticas públicas. Para atendimento dos princípios éticos e legais, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Mogi das Cruzes para apreciação e aprovado por meio do Parecer Consubstanciado do CEP nº 3.824.351, conforme determina a Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012, bem como foi apresentado aos Coordenadores dos Cursos de Graduação da Área da Saúde para apreciação e autorização para a realização da coleta de dados com os graduandos. A coleta de dados foi realizada no período entre setembro de 2019 a março de 2020, e os dados coletados foram tratados, primeiramente pela codificação dos participantes da pesquisa, por meio da abreviatura das palavras graduando e do curso de graduação, seguido por um número sequencial, desta forma, os graduandos do curso de enfermagem foram codificados como “Grad Enf1, Grad Nut1, Grad Psi1 e Grad Fis1, sucessivamente. Seguindo as etapas da técnica de Análise Temática, de acordo com Minayo (2000, p.209-210), os resultados foram analisados por meio de cinco categorias temáticas que estão apresentadas na descrição dos resultados

RESULTADOS

De acordo com os dados sociodemográficos mais relevantes em todos os cursos há uma predominância dos graduandos com até 25 anos de idade, do sexo feminino, solteiros e em relação ao semestre em curso, 3 graduandos do curso de Enfermagem, no momento da coleta de dados, estavam cursando o 8º semestre, 2 cursando o 7 semestre, 1 cursando o 5º semestre e 1 fazendo disciplina de Dependência (DP). Todos os graduandos do Curso de Nutrição e do Curso de Fisioterapia estavam cursando o 5º semestre e os graduandos do Curso de Psicologia estavam no 8º semestre. A seguir apresentamos os resultados frente a análise das cinco categorias temáticas:

1- Políticas Públicas de Saúde para Atendimento da Pessoa LGBT

Para a análise dessa categoria temática, de acordo com os resultados, a maioria respondeu que não conheciam as políticas ou programas de saúde e disseram que estas políticas estão relacionadas com o nome social, à prevenção de DST, inclusão de identidade, gênero e orientação sexual e outro graduando do curso de Psicologia respondeu que está associado à readequação do sexo e nome social. Sobre o desenvolvimento do conhecimento dos graduandos, no contexto do processo de ensino-aprendizagem, os graduandos responderam que ainda não estavam realizando as práticas de estágio. Este fato se deu em razão dos semestres em que estes graduandos estavam cursando no período da coleta de dados, pois, de acordo com as grades curriculares destes cursos, esta atividade está prevista para os dois últimos semestres dos cursos.

2- Perfil Epidemiológico do Atendimento da Pessoa LGBT na Rede de Atenção À Saúde (RAS)

Para avaliar o perfil epidemiológico do atendimento da pessoa LGBT realizado na Rede de Atenção à Saúde (RAS), os resultados apontaram que as pessoas LGBT sentem a necessidade de atendimento pautado no respeito, na humanização, igualitário e realizado por profissionais capacitados.

3- Atuação da Equipe Multidisciplinar no Atendimento

No contexto do atendimento da pessoa LBGT, sob o seu ponto de vista dos graduandos, a maioria respondeu que a pessoa LGBT não deve ter tratamento diferenciado que não, alegando que todos devem ser tratados igualmente, fundamentando-se na fisiologia humana e nos princípios como respeito, igualdade de direitos e atenção humanizada, porém,

alguns graduandos do Curso de Psicologia que responderam sim, para um atendimento diferenciado à pessoa LGBT, se pautando na individualidade e singularidade de cada um.

4- Fatores que Impedem ou Dificultam o Atendimento Humanizado

Na análise dessa categoria temática, frente ao contexto e perspectiva do atendimento realizado pela equipe multidisciplinar à pessoa LGBT, foi questionado aos graduandos quais seriam os fatores que impedem ou dificultam o atendimento humanizado à pessoa LGBT, de acordo com a sua área de atuação e, os resultados apontaram que o preconceito, a falta de conhecimento e de informação, bem como a discriminação são as principais condições ou situações que dificultam a realização de um atendimento humanizado.

5- Ações e Estratégias de Saúde para Melhoria do Atendimento da Pessoa LGBT

Esta categoria temática traz a análise das ações e estratégias propostas pelos graduandos para a melhoria do atendimento da pessoa LGBT, principalmente diante dos fatores que dificultam a realização do atendimento humanizado, estão: tratar o indivíduo em sua integralidade, promover tratamento igualitário, promover a humanização no atendimento, trabalhar e fortalecer os princípios do respeito à individualidade, empatia e compreensão, o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem com adequação da grade curricular por meio da inclusão das políticas públicas de saúde à pessoa LGBT inserida em determinadas disciplinas, educação permanente aos profissionais da equipe multidisciplinar e promoção de eventos para divulgação de informações sobre a temática.

DISCUSSÃO

Os resultados relacionados ao gênero e idade são parecidos com o estudo relacionado com discentes da área da saúde realizado por Silva e Rodrigues (2014) e corroborando com os autores, Assis et al. (2015) afirma que os cursos da área da saúde possuem características histórico-sociais que são mais atraentes para estudantes do sexo feminino. Quanto ao direito à saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, promulgada em 2013, foi construída com foco na equidade, redução das desigualdades e para ampliar o acesso a ações e de serviços de qualidade frente ao atendimento de pessoas LGBT. Esta política de saúde está pautada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, na equidade, universalidade, integralidade da assistência e na participação ativa da comunidade (BRASIL, 2013). De acordo com o exposto percebe-se que os graduandos dos cursos da área da saúde, participantes deste estudo, pouco conhecem as políticas públicas e/ou programas de saúde voltados para o atendimento da população LGBT. Este fato parece ser justificado pelas falas dos participantes quanto à ausência da discussão dessa temática nas disciplinas das grades curriculares dos respectivos cursos. Na segunda categoria temática “Perfil epidemiológico do atendimento da pessoa LGBT na Rede de Atenção à Saúde (RAS), Brasil (2013, p. 16) descreve que as necessidades de atendimento a esta população se inicia no acesso aos serviços de saúde e ao não atendimento digno e igualitário em razão de sua orientação sexual, principalmente para lésbicas e mulheres bissexuais, impedindo a realização de exames essenciais para a prevenção de doenças e promoção da saúde da mulher. Outra necessidade de atendimento se pauta na prevenção, controle e tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) que afeta principalmente os grupos dos travestis e transexuais, sendo também vulneráveis ao “uso de drogas, silicone industrial, hormônios e outros medicamentos”, assim como, os transtornos mentais. Na abordagem da quarta categoria temática “Fatores que Impedem ou Dificultam o Atendimento Humanizado”, Brasil (2013) descreve várias ações que contextualizam a necessidade de capacitar profissionais da equipe de saúde frente às ações descritas na política de saúde voltada para a pessoa LGBT, entende-se então que os resultados apresentados pelos graduandos estão alinhados com o descrito por Brasil (2013), principalmente quando apontam o preconceito, a falta de conhecimento e o respeito à individualidade como principais fatores que interferem no atendimento humanizado à pessoa LGBT.

E por fim, na abordagem da quinta categoria temática “Ações e Estratégias de Saúde para Melhoria do Atendimento da Pessoa LGBT”, entende-se que os graduandos dos cursos da saúde, participantes deste estudo, apontaram inúmeras ações e estratégias que estão contempladas na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, apresentada por Brasil (2013). Dentre as ações apresentadas por Brasil (2013) em concordância com o apresentado pelos graduandos, destacam-se a qualificação do atendimento, a eliminação do preconceito e da discriminação da pessoa LGBT, a garantia do uso do nome social, a promoção do respeito à pessoa LGBT, a inclusão de práticas educativas nas rotinas dos serviços de saúde e a inclusão da temática em processos de educação permanente.

CONCLUSÕES

O presente estudo permitiu descrever as ações e estratégias de saúde por meio do olhar da equipe multidisciplinar, destacando que a pessoa LGBT tem direito à uma assistência à saúde individualizada com foco em suas necessidades, porém, igualitária, sem discriminação ou preconceito. Foi perceptível que a maioria dos graduandos dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia não tiveram a abordagem da temática nas disciplinas por eles cursadas até o momento da coleta de dados, porém, na percepção destes graduandos, as ações e estratégias descritas por eles caminham no mesmo sentido com as apresentadas pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, descrita em 2013. Este estudo apresenta como viés, a não participação de outros graduandos de cursos da área da saúde como os da Medicina, Farmácia e Educação Física, pois, os pesquisadores não conseguiram coletar os dados destes graduandos em razão do isolamento social, dificultando o contato com eles. Mas, o estudo terá continuidade, tão logo a situação das atividades acadêmicas se normalize para o módulo presencial. O estudo também sugere que outros pesquisadores, nessa mesma linha de pensamento, realizem outras pesquisas para que os dados sejam mais representativos e possam contribuir para a sugestão de construções de grades curriculares que incluam a temática em disciplinas específicas para melhor desenvolvimento das competências e habilidades dos profissionais da saúde que irão atuar no atendimento de pessoas LGBT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Patrycy Yhanny de Souza *et al.* Características sociodemográficas e acadêmicas dos discentes da área da saúde. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 1, p. 154-164, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. DISPONÍVEL EM: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

PARENTE, Jeanderson Soares et al. Álcool, drogas e violência: implicações para a saúde de minorias sexuais. **Reprodução & Climatério**, v. 30, n. 3, p. 108-114, 2015.

SILVA, Ana Luísa et al. A Bioética Cotidiana como instrumento de reflexão sobre a atenção à saúde da população LGBT. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 13, p. 1-10, 2017.